

Ações coletivas na América Latina: sobre olhares e paradoxos na politicidade emergente

[Comentários ao artigo de Fernando Calderón]

*Carlos A. Gadea**

Dossiê

1.

Na Conferência de Abertura do 1º Seminário Internacional e 3º Seminário Nacional “*Movimentos Sociais, Participação e Democracia*” (de 11 a 13 de agosto de 2010), organizado pelo Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, o conhecido pesquisador boliviano Fernando Calderón apresentou o tema “Los nuevos movimientos socio-culturales y la politicidad emergente en América Latina”¹, destacando as características da atual “qualidade da democracia” na região no seu nexos com as mobilizações sociais ligadas a temas como o ambientalismo, o feminismo e as relações étnicas. A tese que se percebia com maior clareza circulava em torno à idéia de que a atual “qualidade da democracia” na região se relaciona com os atuais “movimentos sócio-culturais”.

Evidentemente que o tema resultou de grande interesse para os assistentes, mas foram as primeiras palavras introdutórias de dita conferência as que chamaram mais a atenção. É que para Calderón resultava importante demarcar e descrever o “lugar do seu olhar” a partir do qual começaria a sua apresentação e, assim, poder esclarecer ao público esse “local de enunciação” (tal qual a tradição pós-estruturalista menciona) do seu discurso como um intelectual e analista da realidade política e cultural da América Latina nos últimos quarenta anos.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Pesquisador do CNPq. Endereço eletrônico: cgadea@unisinos.br.

1 Ver Calderón (2009).

Mencionou que uma geração de intelectuais latino-americanos, da qual se sente fazendo parte, vivenciou e, conseqüentemente, pensou a região, a partir de três processos políticos e sócio-culturais concretos, e que seriam determinantes para a sua compreensão da atualidade latino-americana. Em primeiro lugar, referiu-se ao processo vinculado ao auge e a crise da denominada “teoria da dependência”, ressaltando o seu impacto na vida acadêmica e política dessa geração; em segundo lugar, o que representou a experiência política e social dos regimes autoritários materializados nas ditaduras militares dos anos 70 para, finalmente, referir-se aos debates sobre a democracia e a participação política surgidos logo após o fim das ditaduras e o início da redemocratização política nos anos 80, sob o substrato teórico das chamadas “teorias da transição democrática”. Concretamente, Calderón tinha optado, já desde um começo, por deixar em evidência “o lugar” desde ondealaria naquela noite, inserindo-se como parte de uma tradição intelectual que percorreu episódios históricos específicos no continente. Reconhecia a importância de que seus ouvintes soubessem disso, pois parecia admitir que aquilo que estaria por começar a apresentar estava indissolavelmente ligado a sua experiência particular e a da geração que se considerava fazer parte.

Naquela noite, os organizadores do evento me haviam encomendado realizar alguns breves comentários ao apresentado por Calderón e, da mesma forma, considereimais que oportuno começar a me dirigir ao público realizando o mesmo esforço intelectual: descrevendo “o lugar do meu olhar”, produto, também, das experiências particulares e acadêmicas vividas. Além das diferenças nas percepções dessas experiências vividas (por exemplo, eu tinha entre quatro e 14 anos durante os processos políticos da ditadura militar no Uruguai), compreendi que estive particularmente vinculado a um processo sócio-cultural que tinha sido passado por alto pela conferência de Calderón. Adverti que os contextos sócio-culturais das ditaduras militares e da redemocratização política tinham sido, de fato, muito marcantes, mas que se estavam negligenciando situações políticas e culturais próprias de um contexto histórico posterior, mais exatamente, daquele dos anos 90 e começos dos anos 2000. À experiência das ditaduras e à relacionada com o *boom* político e cultural das redemocratizações, havia que somar-lhe a experiência

sócio-cultural que acompanhou certo “desencanto com a democracia” em muitos jovens nos anos 90 ou, para ser mais preciso, certo “desencanto” com as formas políticas, culturais e institucionais com a quais se processou a denominada “abertura democrática”.

Neste gesto por assumir um “lugar do olhar” e uma concreta posição analítica está implícito o interesse de que se contemplem as conseqüências sócio-culturais dos diferentes processos políticos vividos nos últimos anos. Assim, no momento de observar e compreender as ações coletivas na atualidade, resulta muito importante destacar que aquelas situações sócio-culturais que geraram aquela “sensibilidade desencantada”² nos anos 90 não podem ser, em absoluto, esquecidas ou negligenciadas. As experiências da ditadura militar, da “abertura democrática” e do “desencanto” dos anos 90 devem officiar como sustento empírico a uma prática intelectual que se apresentaria indissolúvel com as maneiras de entender e refletir sobre os movimentos sociais e as ações coletivas em geral. Por isto, torna-se importante assinalar as diferenças do “lugar do olhar” implícitas nos pesquisadores e intelectuais destes diferentes contextos vividos, diferenças que se correspondem, em certo sentido, com diferenças de corte geracional.

Considerar importante estes anos 90 “desencantados” remete a compreendê-los como um ponto de inflexão oportuno nas reflexões e análises sobre as ações coletivas e movimentos sociais. Talvez a geração que Calderón representa seja “otimista de mais” aos olhos dessa “geração desencantada”, mas fora as adjetivações pouco esclarecedoras, as diferenças geracionais parecem fundamentar-se na interpretação de um processo político e sócio-cultural que tem representado sentidos muito distintos para ambas. Enquanto que para uma geração de pesquisadores a derrota política das forças progressistas nos processos de redemocratização política nos anos 80 e as reformas econômicas neoliberais dos anos 90 foram causas suficientes do presumível abandono do espaço público e a aparente perda de poder da sociedade civil na hora de intervir para uma ampliação da democracia, para a outra geração tem sido uma prática política institucional (acompanhada por toda uma cultura política

2 Ver Gadea (2007).

fortemente consolidada) a que contribui, mais concretamente, no aparecimento desse presumível “desencanto”, ao interpretar-se como profundamente incapaz em lidar com uma nova situação social e cultural decorrente do fim das ditaduras militares e do *boom* cultural dos anos 80. Lembremos que muitos movimentos sociais e culturais de diversas características, vinculados a um forte conteúdo vanguardista no âmbito cultural (PERELLI & RIAL, 1986; PELLEGRINI, 1996; ESPAÑA, 1997), foram questionados e até combatidos pelo restabelecimento de uma retórica política e uma lógica institucional que manteve, sem alterações significativas, a ordem normativa da velha institucionalidade dos períodos anteriores ao desequilíbrio autoritário dos anos 70. No lugar de tentar-se gerar uma nova normatividade para a nova situação real de poder social, com a emergência de atores sócio-culturais diversos e novas vanguardas culturais, procurou-se “reacomodar” e “enquadrar” esta nova situação na lógica de participação política e social própria de contextos previamente existentes (KRISCHKE & GADEA, 2000). Somado a episódios políticos e culturais específicos de cada região do continente, isto gerou esse “desencanto” de muitos jovens com todo o que tivesse ancorado em práticas de participação políticas tradicionais (por exemplo, militar em movimentos e partidos de esquerda já consolidados, e com evidentes vícios clientelistas nas relações sociais ao seu interior), algo que já os jovens de hoje parecem assumir como um dado a mais da realidade e como fazendo parte do jogo político a ser jogado.

Em definitivo, são duas questões fundamentais o que este “lugar do olhar” decorrente das experiências da “geração do desencanto” dos anos 90 tem a contribuir para a análise das ações coletivas atuais. Primeiramente, que certo grau de distanciamento com as vicissitudes políticas atuais, logo após a chegada ao governo, em vários países, de partidos políticos presumivelmente progressistas e de esquerda, resulta num gesto metodológico por demais recomendável. Aquela atitude de desconfiança com a vida política institucional que esta geração cultivou e cultiva pode ser um antídoto analítico nada desprezível na hora de não confundir tendências e posicionamentos políticos concretos. Concomitante a isto, que é necessário incorporar, e sem preconceitos, novas variáveis na análise sobre política e cultura, como ser a proliferação

e visibilidade da corrupção política, da despolitização partidária e a midiaticização da política, fatores amplamente importantes para compreender, inclusive, o comportamento político em sociedades presumivelmente democráticas. Em segundo lugar, e talvez como maior contribuição, que é necessário compreender que as nossas sociedades são mais o reflexo e o resultado imediato dessas situações políticas e culturais próprias da “sensibilidade desencantada” dos anos 90 do que das precisões analíticas e visões sócio-culturais próprias dos anos 60. Quer dizer, que para compreender as ações coletivas na atualidade é necessário inserir-las num contexto “pós-desencanto” dos anos 90; herdeiro de uma prática política e institucional autoritária dos anos 70, de uma “transição democrática” que “já chegou” (no sentido que se consolidou tal qual tinha sido pensada naqueles anos 80, pois a “esquerda política”, por exemplo, encontra-se em espaços de poder político já há uma década em vários países) e, fundamentalmente, herdeiro da crítica política e cultural que, muito fragmentariamente, desenvolveu esta denominada “geração desencantada” dos anos 90.

2.

Outra importante dimensão analítica se encontra na própria maneira de nos confrontar com as ações coletivas em momentos de compreendê-las e situá-las perante o que possamos entender por sociologia dos movimentos sociais. Chama-se a atenção para um “refinamento” necessário na hora de refletir sobre mobilizações sociais com aspirações a serem compreendidas como ações coletivas ou movimentos sociais, já que, não necessariamente, estas comportam características que *a priori* nos remetem a uma “associação de cidadãos” que atua com graus de certa autonomia perante a esfera política institucional e o sistema político no seu conjunto³.

3 Como muito bem lembra Alexander (1998, p.5), “o termo movimentos sociais diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo freqüentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais”.

Tenho minhas sinceras dúvidas com relação a alguns definidos por Calderón como movimentos sócio-culturais no cenário atual. Neste sentido, a “desconfiança” implícita na “sensibilidade desencantada” dos anos 90 se faz presente, em momentos de repensar o atual cenário político e social, cenário que, de fato, apresenta-se muito diferente daquele próprio das transições democráticas dos anos 80 e das mobilizações contra a aplicação de políticas econômicas neoliberais por parte de alguns governos durante os anos 90. O “novo” cenário nos remete, por exemplo, a situações políticas e sociais em que setores políticos de esquerda passaram a governar em vários países da região, dado em absoluto menor.

A partir disso, houve uma série de mudanças na organização da sociedade civil e do caráter da participação política e social em geral. De certa maneira, isto é o resultado de uma “institucionalização” de algumas práticas mobilizatórias e de concretos movimentos sociais, às vezes muito radicais nas suas posturas que, aparentemente, tem substituído sua lógica de contestação política por uma de negociação aberta com os poderes do Estado. De mais importante destaque resulta mencionar as mudanças ao interior do próprio comportamento político da sociedade civil, de organizações sociais e de, inclusive, algumas mobilizações que passaram a fazer parte, de uma forma ou de outra, de um espaço público e político muito próximo das atividades de governos e partidos políticos de esquerda a partir da sua chegada ao poder a começo dos anos 2000.

Neste sentido, como dimensão analítica de importância na análise de ações coletivas e movimentos sociais atuais, não se pode passar por alto o paradoxo atual, muito pouco percebido, entre o que se considera participação política e qualidade democrática. Conceitualmente parecem sentenças indissolúveis, estreitamente vinculadas ao devir da vida política de sociedades com crescente desenvolvimento da vida associativa. Não obstante, a participação política, nos moldes das atuais experiências históricas, não necessariamente significa aprofundamento da democracia. Uma espécie de tensão conceitual se apresenta aqui, no sentido de refletir sobre as características da participação política e social a que se faz menção, às mudanças políticas institucionais recentes e às demandas sociais e culturais surgidas da sociedade. Nesse sentido, três fatores

adquirem relevância interpretativa em momentos de evidenciar o questionamento da citada associação conceitual: em primeiro lugar, o que se pode denominar como *retórica da democracia direta*, em prejuízo da perda de lealdades ideológicas clássicas ou de projetos políticos concretos; logo, o que se corresponde com a expansão de uma *lógica de cooptação e clientelização política* e, finalmente, a uma *instrumentalização da política*, enquanto ao seu exercício e espaço de confrontação de visões de mundo e projetos sociais.

Quando se faz menção a uma *retórica da democracia direta* não se pretende questionar a legitimidade e o eventual caráter “positivo” da participação cidadã em torno aos temas políticos e sociais considerados de importância para uma comunidade política. O que se sugere pensar é no questionamento possível da idéia que aparentemente se tem sobre a participação política atual em alguns países da região. Para isso, é crucial olhar, por um lado, para a política em nível local, ou seja, para o desempenho político e participativo nos micro-espços de atuação por parte de cidadãos e de, principalmente, setores e organizações inseridas de variadas maneiras no jogo da vida institucional. Como destaca Barozet (2007) para o caso do Chile, a vida política local, na qual proliferam autoridades importantes que tem estabelecido regras políticas personalizadas, possui um enorme impacto na vida dos mais desfavorecidos economicamente, já que a porta de acesso a benefícios sociais não são os grandes programas estatais, senão os planos de assistência que implementam os serviços municipais, planos que, no geral, carecem de fiscalização. Esse contato entre as autoridades locais e os recursos mobilizados desde instâncias administrativas locais em prol de paliar carências de uma determinada comunidade parece ser constitutivo de um espaço em que a política adquire visibilidade concreta, permitindo compreender como se consolidam e perpetuam líderes que pretendem, muito instrumentalmente, manter seus seguidores em estreita relação e vínculos de recíproco interesse.

Por isso, a *retórica da democracia direta* se manifesta na sua mais notória materialização no espaço da vida política local. No Chile, como já se mencionou, o Estado chegaria aos seus cidadãos através das instancias municipais, valendo-se de líderes e regras políticas personalizadas e uma ampla rede de contatos políticos

que tem a sua legitimação no próprio espaço local⁴. Não obstante, a *retórica da democracia direta* adquire uma visibilidade diferente em modelos e culturas políticas como a da Argentina, na qual o Estado se apresenta muito pouco visível em nível local. Assim, como menciona Escudé (2004), são os próprios partidos políticos (e até certas organizações sindicais e sociais) os que garantem a “intermediação clientelar” a través de uma complexa rede em que se conseguem misturar elementos políticos como também midiáticos. No caso da Argentina, a participação política e a prática da democracia se apresentam pautadas desde o próprio aparelho político e administrativo do Estado, peça fundamental para lubrificar uma maquinaria institucional de grande importância para o eventual estabelecimento de “ambientes políticos” leais aos governos.

Esta *retórica da democracia direta* está intimamente ligada ao caráter *clientelar* da política e à lógica de *cooptação* dos cidadãos aos destinos políticos dos países. Quer dizer, que uma das características particulares que mais se destaca na atualidade da política latino-americana é o que se pode compreender por “personalização da política”, como coadjuvante da *retórica da democracia direta*, assim como o que se pode perceber com o surgimento de atores sociais que, oficiando de intermediadores entre o Estado e o conjunto dos cidadãos, parecem ampliar o espectro da política fazendo com que esta se esvazie de uma participação efetivamente autônoma por parte dos cidadãos. Por isso, mais do que de participação política se deveria falar de “aclamação”, de uma chamada a exercer a cidadania sob o panóptico da lógica do poder político do Estado. Tanto para o caso chileno como para o caso argentino essa *retórica da democracia direta* pareceria reforçar tendências e lideranças populistas ancoradas tanto no espaço local como na própria cultura política e sistema de partidos. Para desavisados observadores estas práticas “locais” e “diretas” com relação à participação política sugeririam um aprofundamento da democracia, uma inestimável demonstração da excelente qualidade democrática na região, algo profundamente

4 A respeito, Barozet (2007) afirma que, em muitas ocasiões, a imagem positiva que existe com relação ao nível local ou regional é o reflexo da má imagem do nível central na política, encarnado no Estado.

questionável. O que sim se pode perceber é, de fato, uma afirmação de líderes políticos intermediários que exercem para o seu benefício (e os seus) o sonho de uma “democracia de proximidade”, o que não necessariamente conduziria a uma maior qualidade democrática.

O uso sistemático e expandido de métodos redistributivos e clientelares como instrumento político para gerar apoio dos setores menos favorecidos aos governos introduz uma variável por demais importante na hora de observar e analisar as atuais ações coletivas e movimentos sociais. No neo-populismo atual, tanto a *clientelização* a través de redes sociais duradouras como a *cooptação* de setores populares por intermédio de políticas sociais são elementos explicativos do novo cenário político e social atual, cenário que nos remete ao terceiro fator analítico a ser considerado: a *instrumentalização da política*. E o que se entende por isto? Sem fazer uso de julgamentos valorativos e de apelar a nostalgias de um suposto passado político e cultural glorioso, pode-se argumentar que nas mudanças mais significativas da política se encontra a sua eventual desvinculação com aquela “cultura da militância” que lhe deu base de sustentação, da mesma forma em que as lealdades ideológicas e os projetos políticos cada dia mais se apresentam como nebulosas entidades praticamente inexistentes. Nesse quadro sócio-cultural, a política passa a ser entendida como uma prática em que as adesões dos cidadãos aos partidos e setores políticos em geral se materializam e legitimam numa lógica de ganhos e benefícios; lógica instrumental em que os posicionamentos políticos se estabelecem de acordo a estratégias concretas de aquisição de benefícios materiais ou algum tipo de poder político específico. Sem dúvida, isso se complementa com a apatia geral entre a cidadania com a política enquanto espaço e exercício da participação nos assuntos da *res-pública*.

Quer dizer, que ao analisar muitas dessas mobilizações, certas dúvidas aparecem com relação a sua efetiva compreensão como sendo definidas, de fato, como ações coletivas e movimentos sociais. Não se trata de considerar que muitas delas não estejam comportando características mobilizatórias ou até a construção de uma subjetividade coletiva inerente a uma ação coletiva propriamente dita, mas sim que a sua existência e permanência têm uma estreita relação com as estruturas políticas e a própria cultura

política institucional do contexto em que emergem. No caso da vida política argentina é possível extrair um exemplo. Pense-se, nesse sentido, nos denominados “piqueteros”, na heterogênea massa de cidadãos que estrategicamente utilizaram e utilizam os “piquetes” como forma de protesto e visibilidade social. Assim, e retomando as reflexões anteriores, deve-se lembrar que com base a alguns estudos recentes se conhece que a política assistencialista do Estado argentino tem sido muito ativa, justamente, no apoio à heterogênea massa de “piqueteros”. Escude, por exemplo, afirma que

Los Planes Trabajar, luego llamados de Jefes y Jefas de Familia, son en la práctica argentina un subsidio a desempleados cobijados por una trama de clientelismo. Dirigentes políticos barriales, alcaldes y (principalmente) dirigentes piqueteros se encargan de distribuirlos discrecionalmente a seguidores que se comprometen a participar de la protesta social muchas veces extorsiva. Hacia 2004 se calculaban unos 400.000 beneficiarios. Los jefes de las organizaciones piqueteras de estilo argentino reciben del gobierno grandes paquetes de Planes y los reparten entre sus clientes. A cambio, moderan sus interrupciones del orden. Los cortes de rutas son la extorsión más frecuente. Suelen cesar cuando se adjudica una nueva partida de Planes a la organización que protesta, o de otra manera el gobierno accede a sus demandas” (ESCUDE, 2004, p.29).

Interessante destacar que estas ações coletivas, tal qual a lógica histórica entendida como de constantes movimentos cíclicos na vida política argentina (LEIS, 2006), parecem constituir-se como inerentes à dinâmica política e social de protestos atual, e que dificilmente resulta possível captar-se nelas graus consistentes de certo antagonismo perante os poderes políticos instituídos, mais precisamente com o próprio Estado.

Conseqüentemente, pode-se perguntar: é importante este dado da dinâmica de protestos na política argentina para refletir acerca das ações coletivas na atualidade? É necessário não perder de vista as mudanças no próprio espaço da política e nas características da relação que o Estado estabelece com a sociedade no seu conjunto? Obviamente que sim. O que explica este simples exemplo é que ao analisar as ações coletivas contemporâneas cada vez mais se deve olhar para as práticas da participação política gerada desde o próprio aparelho estatal e para os mecanismos para-estatais con-

solidados. Por isso, participação não necessariamente é sinônimo de aprofundamento da democracia. São mobilizações como a dos “piqueteros” definíveis como movimentos sociais, ou simplesmente podem ser entendidas como fazendo parte dos novos rostos das “novas democracias” a partir de “velhas práticas”? Eis o desafio para uma sociologia dos movimentos sociais crítica e atenta às dimensões da política e da mudança social na atualidade.

3.

Calderón manifesta que, neste mundo globalizado, um fato singular parece ter uma grande importância: um maior espaço de liberdade pessoal se traduz em múltiplas demandas coletivas em função de valores de autonomia pessoal. Aparentemente, estes movimentos socioculturais atuais se apresentam como a consequência de muitos “novos movimentos sociais”, caracterizando-se pela conexão com os novos valores de autonomia individual e o culto ao espaço da liberdade pessoal e à diferença cultural. Quer dizer, que as demandas coletivas estariam sendo lidas sob o substrato empírico da experiência individual. Novas formas de sociabilidade assim o evidenciam; as redes virtuais, os contatos espontâneos que possibilitam até as tribos urbanas, pareceriam nos indicar que algo na ordem da diferenciação social não deve negligenciar-se na hora de compreender as ações coletivas atuais. Inevitavelmente, este ordenamento semântico a propósito do coletivo e do individual, pareceria induzir a crer aquilo escrito por Georg Simmel a começos do século XX, no sentido de atribuir-se uma grande importância às noções de *individualização* e *diferenciação social*, assim como à clássica e brilhante imagem dos “círculos sociais”, para nos fazer compreender as formas da sociabilidade e as próprias ações coletivas na atualidade. Compartilho totalmente com Calderón esta sentença acerca dessa mudança sociocultural que coloca a autonomia individual no eixo das expectativas em muitos dos movimentos socioculturais de hoje. Sem considerar esta dimensão analítica se correrá o risco de uma simples reificação sobre o que uma sociologia dos movimentos sociais estaria ao alcance de entender acerca dos fenômenos coletivos contemporâneos.

Referências

ALEXANDER, J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.13, Nº 37, 1998.

BAROZET, E. Populismo regional y Estado en Chile. *In: Estudios Interdisciplinarios de América latina y el Caribe*, s/l, 2007.

CALDERÓN, F. **Movimientos socioculturales en América Latina**. Ambientalismo, feminismo, pueblos originarios y poder empresarial. Buenos Aires: Siglo XXI-PNUD, 2009.

ESCUDE, C. Hacia una Teoría Sistémica del ‘Estado Parasitario’: el Caso Argentino”. *In: Serie de Documentos de Trabajo*. Área de Ciencia Política, Nº 277. Universidad del CEMMA, s/l, 2004.

ESPAÑA, O. **Cultura y contracultura en América Latina**. Heredia-Costa Rica: Ed. Universidad Nacional, 1997.

FOWERAKER, J. **Theorizing social movements**. London: Pluto, 1995.

GADEA, C.A. **Acciones colectivas y modernidad global**. El movimiento neozapatista. Toluca, México: UAEM, 2004.

_____. **Paisagens da Pós-modernidade: cultura, política e sociabilidade na América Latina**. Iitajaí: Univali, 2007.

_____. *Violence and collective conflict Experiences. Societies without borders*, Vol. 5, University of North Carolina, Chapel Hill, USA, 2010.

KRISCHKE, P. & GADEA, C.A. Novos movimentos sociais no Brasil contemporâneo: debate teórico e comparações históricas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Nº 10, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

LACLAU, E. & MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista**. Hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LEIS, H. A odisséia argentina. *In: Política e Sociedade*, Vol. 5, Nº 9, Florianópolis, 2006.

PELLEGRINI, T. **Gavetas vazias**. Ficção e Política nos anos 70. São Carlos: UFSCar, 1996.

PERELLI, C. & RIAL, J. **De mitos y memorias políticas: la represión, el miedo y después....**, Montevideo: Banda Oriental, 1986.

TARROW, S. **El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política.** Madrid: Alianza, 1994.

